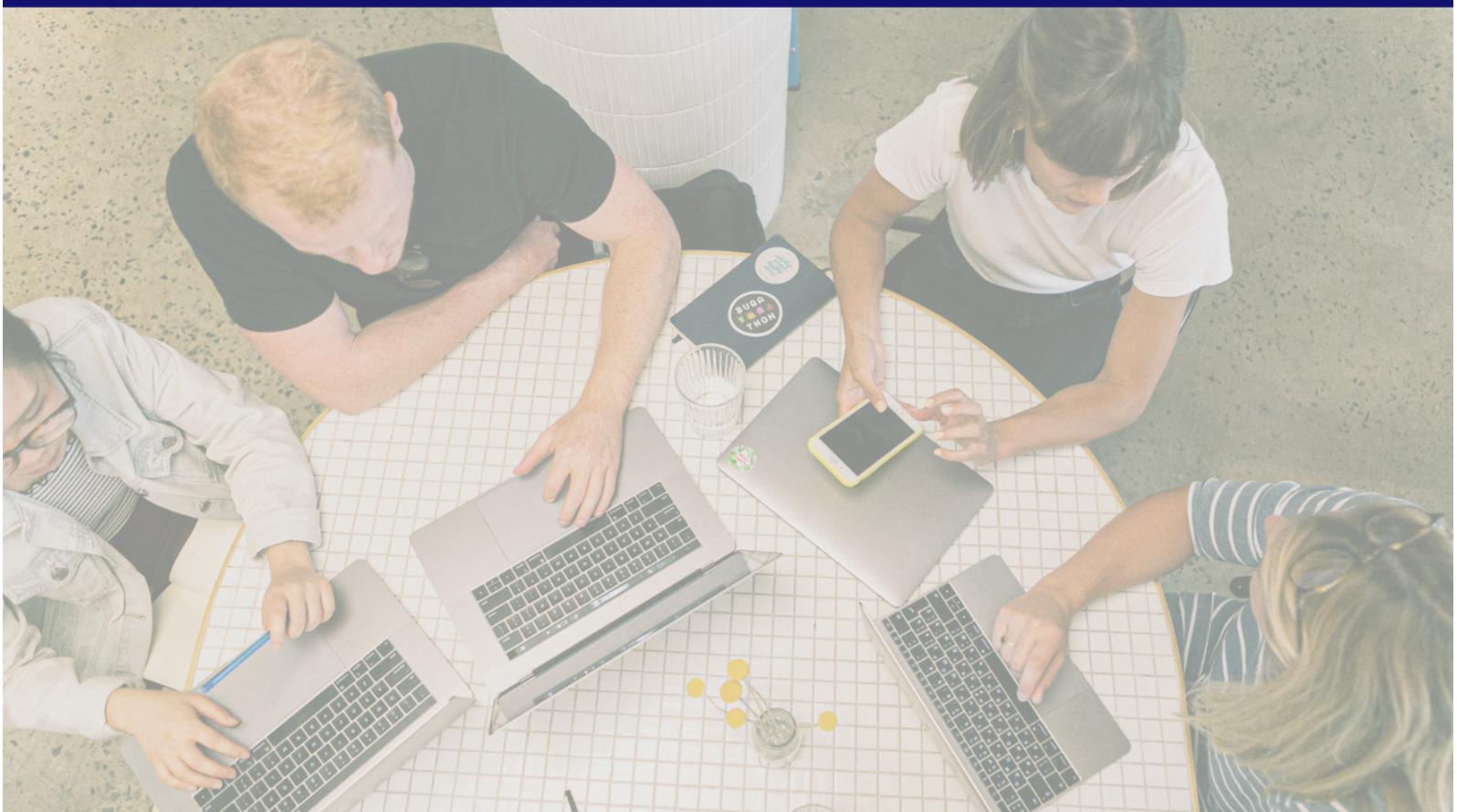




UNifeob
| ESCOLA DE NEGÓCIOS

2023

PROJETO INTEGRADO



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL
RISCOS E OPORTUNIDADES NO AGRONEGÓCIO
JOÃO APARECIDO PORFIRIO E OUTRA

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

NOVEMBRO 2023

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL
RISCOS E OPORTUNIDADES NO AGRONEGÓCIO
JOÃO APARECIDA PORFÍRIO E OUTRA

MÓDULO DE TÓPICOS ESPECIAIS

Contabilidade Pública – Prof. Paulo César Montanheiro

Gestão de Investimentos e Riscos – Prof. Luiz Fernando Pancine

Tecnologia da Informação e Business Intelligence – Prof^a. Mariângela M. Santos

Tópicos Especiais em Ciências Contábeis – Prof. Antonio Donizeti Fortes

Projeto de Tópicos Especiais – Prof^a. Ana Carolina Maldonado Matos

Estudantes:

Caellen de Fátima Porfírio, RA 20000256.

Julia Maria Siqueira Silva, RA 20000595.

Laurielly Cristiny Costa, RA 20000946.

Luana Maria Ferreira Gomes, RA 20000064.

Mainara Jane Felicio Azarias, RA 20000722.

Marivie de Sousa Moraes, RA 20000660.

Rafaela Roque dos Santos, RA 20000338.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	DESCRIÇÃO DA EMPRESA	6
3	PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL	7
3.1	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	7
3.1.1	CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO	7
3.1.2	MERCADOS FINANCEIROS NO AGRONEGÓCIO	9
3.2	GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS	10
3.2.1	TIPOS DE RISCOS	11
3.2.2	MATRIZ DE RISCO	13
3.2.3	PARECER SOBRE INVESTIMENTOS E RISCOS	15
3.3	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E BUSINESS INTELLIGENCE	18
3.3.1	DASHBOARD	18
3.3.2	ANALISANDO O DASHBOARD	19
3.4	CONTABILIDADE PÚBLICA	19
3.4.1	CONCEITO DA CONTABILIDADE PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS LEIS ORÇAMENTÁRIAS - (CF, LEI 4.320/64 e LRF).	20
3.4.2	MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA	23
3.4.2.1	Plano Plurianual na CF/88 e na LRF	23
3.4.2.2	Lei de Diretrizes Orçamentárias na CF/88 e na LRF	24
3.4.2.2.1	Despesas Obrigatórias	25
3.4.2.2.2	Despesas Discricionárias	25
3.4.2.3	Lei de Orçamento Anual na CF/88 e na LRF	26
3.4.3	REGISTROS CONTÁBEIS NA CONTABILIDADE PÚBLICA	29
3.5	CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: LIDERANDO NA ATUALIDADE	32
3.5.1	LIDERANDO NA ATUALIDADE	33
3.5.1.1	A arte de Influenciar Pessoas	33
3.5.1.2	Líder de Mim Mesmo	34
3.5.1.3	Líder de Outras Pessoas	34
3.5.1.4	Conheça Seu Estilo	35
3.5.2	ESTUDANTES NA PRÁTICA	36
4	CONCLUSÃO	39
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Neste módulo, para o Projeto de Consultoria Empresarial, será abordado o tema Tópicos Especiais, cujo principal objetivo é entender se os processos da empresa estão sendo desenvolvidos de acordo com o esperado em sua concepção. Baseada no estudo realizado utilizando as disciplinas presentes neste módulo, nós, estudantes, temos que analisar as atividades e particularidades de uma empresa do Agronegócio.

Nosso principal objetivo será a análise dos riscos e oportunidades de tal organização em seu ramo, levantando informações do mercado financeiro. A consultoria empresarial envolve não apenas identificar problemas, mas também fornecer soluções práticas e acionáveis, sendo assim, daremos dicas de como a empresa pode ter melhorias a longo prazo e estar por dentro dos possíveis riscos e como gerenciá-los.

Assim sendo, na matéria de Contabilidade Pública com o Prof. Paulo César Montanheiro. A Contabilidade Pública é relevante para manter registros precisos das atividades agrícolas, essenciais para avaliar as opções econômicas das operações agrícolas. O agronegócio depende de recursos naturais, como solo e água. Também pode ser usada para avaliar o impacto socioeconômico do agronegócio em uma região, não envolvendo apenas considerações financeiras, mas também fatores como emprego, desenvolvimento local e segurança alimentar.

Com a disciplina Tópicos Especiais em Ciências Contábeis, dada pelo Prof. Antonio Fortes, aprenderemos e trabalharemos diretamente com a Contabilidade do Agronegócio, uma área especializada que lida com os aspectos financeiros, operacionais e regulatórios exclusivos das atividades relacionadas à agricultura, pecuária e produção de alimentos. Devido à natureza específica do agronegócio, a contabilidade nesse setor apresenta algumas particularidades como ativos biológicos, ciclos de produção prolongados, estoque e custos da área, variação de preços de Commodities e gestão de insumos.

Gestão de Investimentos e Riscos, com o Prof. Fernando Pancine. Essa matéria voltada para o agronegócio é um aspecto crucial para garantir a rentabilidade e a sustentabilidade das exportações agrícolas e agroindustriais. Consideraremos alguns tópicos essenciais que serão: avaliação de oportunidades, análise e viabilidade econômica, identificação de riscos e avaliação de impacto.

Por último, na matéria de Tecnologia da Informação e Business Intelligence, aplicada pela Prof. Mariangela Martimbianco, apresentaremos todas as informações em forma de

Dashboard, que é uma interface visual que fornece uma representação simplificada e resumida de informações complexas e dados relacionados a um determinado processo, métrica, ou conjunto de atividades.

2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA

A empresa João Aparecido Porfírio e Outra, está inscrita no CNPJ nº 08.500.211/0001-03 e está localizada na cidade de São Sebastião da Gramma - SP, com logradouro rural no Sítio Bela Vista da Fartura, SN - Bairro Fartura, sob o CEP: 13.790-000. É uma empresa que tem como natureza jurídica Produtor Rural (Pessoa Física), de acordo com o código 412-0 e foi aberta em 07/12/2006.

Possui como sua atividade principal o Cultivo de Café, conforme Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE): 01.34-2-00. Também possui atividade secundária para Criação de Bovinos para Leite, CNAE: 01.51-2-02.

Conforme atividade principal, a empresa atua no mercado de café, realizando a comercialização do café em grãos, que é produzido em sua propriedade.

A empresa começou no âmbito familiar, onde o pai do João Porfírio, chamado João Batista Porfírio comprou uma propriedade rural no ano de 1999, onde deu início a plantação de cafés da qualidade Arábica e Catuaí. E a plantação foi realizada pela própria família, Sr. João e seus quatro filhos. Com o passar dos anos a produção de cafés permaneceu no âmbito familiar, onde atualmente é coordenada por João Porfírio e seus três irmãos.

A produção de cafés é realizada no Sítio Bela Vista, onde a colheita se inicia no mês de maio e termina no mês de agosto, a colheita é feita pelos próprios proprietários com o auxílio de empregados temporários.

O processo da produção de cafés se inicia com a fertilização do solo e a pulverização das árvores e o controle das ervas daninhas, após esses cuidados é aguardado o início da colheita.

Chegada a época de colheita, a mesma é realizada de forma manual e mecanizada. Após a colheita dos grãos é realizada a secagem com secadores próprios, e é utilizado o espaço no terreiro, onde os grãos ficam expostos sobre uma estrutura plana de cimento com luz solar direta.

Após esse processo de secagem, é feito o processo de armazenamento, onde os grãos são ensacados e estocados. E por fim, é realizada a comercialização desse café in natura, ou seja, o grão cru preserva seus componentes naturais.

3 PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL

3.1 TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A contabilidade é de extrema importância para qualquer empresa seja qual for sua área, desde micro à macro negócios. No contexto do agronegócio brasileiro, essa relevância se torna ainda mais evidente, pois permite que as organizações se adaptem ao sistema tributário do país, ao mesmo tempo em que mantêm sua estabilidade financeira e saúde econômica. Esse benefício se estende não apenas às fazendas, mas a todas as facetas do agronegócio. (TOTVS, 2021)

Na prática, a contabilidade rural desempenha um papel fundamental ao auxiliar os produtores a gerenciar suas propriedades e investimentos financeiros de forma que a fazenda mantenha sempre sua situação em dia, evitando atrasos e inconformidades nos pagamentos de impostos e tributos. Quando realizada de maneira adequada, a contabilidade rural não se limita apenas ao cumprimento das obrigações fiscais, mas também se torna uma ferramenta estratégica para estruturar planos e garantir os melhores resultados.

Segundo o site TOTVS (2021), o objetivo fundamental da contabilidade rural reside na orientação e planejamento das operações relacionadas à agricultura e à pecuária. Através dela, torna-se possível realizar uma mensuração precisa do desempenho financeiro de cada atividade realizada na fazenda. Isso não apenas fornece uma base sólida para a tomada de decisões, mas também permite melhorar a gestão dos recursos, controlar custos e, assim, garantir as previsões econômicas das operações rurais. Resumidamente, a contabilidade rural desempenha um papel crucial na garantia da eficiência, lucratividade e sustentabilidade das atividades agropecuárias.

3.1.1 CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO

O agronegócio é um termo que se refere às atividades econômicas relacionadas à produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas. Envolve toda uma cadeia de valor que vai desde a produção de alimentos, fibras e produtos agrícolas até a distribuição e venda desses produtos para os consumidores finais. É uma parte fundamental da economia de muitos países e desempenha um papel crucial na segurança alimentar global.

Segundo o site Brasil Escola (2023), o agronegócio é um termo utilizado para fazer referência ao contexto socioespacial da produção agropecuária, incluindo todos os serviços, técnicas e equipamentos a ela relacionados, direta ou indiretamente.

Uma das principais peculiaridades do agronegócio é que ele está diretamente ligado a produtos vivos, sejam plantações ou pecuária. Esse fato por si só torna a contabilidade rural ainda mais complexa que a de outras empresas, especialmente no que se refere a ativos, passivos, custos e receitas. (TERRA MAGNA).

Seguem algumas particularidades:

- Perdas: As perdas no agronegócio podem acontecer em várias etapas da cadeia produtiva, desde o planejamento até o consumo final. Essas perdas representam um desperdício de recursos naturais, financeiros e de mão de obra, e podem afetar a sustentabilidade econômica e ambiental do setor.

Ex: pragas, mudanças climáticas, enchentes etc.

- Ciclo operacional: O ciclo operacional no agronegócio refere-se ao processo que envolve todas as etapas desde o início da produção agrícola até a comercialização dos produtos no mercado. Essas etapas podem variar dependendo do tipo de cultura ou atividade agrícola. É importante observar que o ciclo operacional do agronegócio pode ser afetado por vários fatores, incluindo as condições climáticas, a sazonalidade das culturas, a tecnologia utilizada e as práticas específicas de cada empresa.
- Inventário rural: É importante e deve ser feito, esse inventário nada mais é do que um registro geral que leva em consideração todos os bens da propriedade rural que tem o dever de atender todas as necessidades do administrador e as exigências fiscais.

O CPC 29 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis 29) é um pronunciamento contábil emitido no Brasil pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) que trata das normas contábeis relacionadas à mensuração e avaliação de ativos biológicos e produtos agrícolas.

Ativos biológicos são constituídos por animais e plantas vivos. Os ativos biológicos são classificados pela IAS 41 como consumíveis, de produção, maduros (ou adultos) e imaturos (ou juvenis). Exemplos de ativos biológicos são carneiros, porcos, gado de leite, plantação de árvores para madeira e etc.

Já os produtos agrícolas são os produtos plantados e cultivados no campo. São derivados da agricultura e não passaram pelo processo de industrialização (AGRO 2.0, 2023). Exemplos de ativos agrícolas são café, laranja, algodão, lã, milho, etc.

Para que seja realizada a contabilidade do agronegócio, deve ser feito um estudo sobre terras, equipamentos, fertilizantes, entre outros ativos e passivos.

Além das particularidades já citadas, quando se trata de contabilidade rural os impostos também tem seus diferenciais. Como os produtos agrícolas têm origem no setor primário, eles podem ter isenção ou não incidência do ICMS, mas nem sempre isso ocorre, então tanto o produtor rural pessoa física quanto o produtor rural pessoa jurídica são contribuintes do ICMS. A alíquota a ser paga varia conforme a localidade sendo necessário verificar a legislação de cada estado. (TERRA MAGNA)

Já o Imposto de Renda, o resultado da exploração da atividade rural precisa ser checado pela escrituração do livro-caixa e conter todas as receitas, despesas e investimentos feitos, segundo o Decreto 9.580/2018. A Alíquota varia de acordo com a receita entre 7,5% e 27,5%. Porém, caso o livro-caixa seja preenchido de maneira incorreta há uma cobrança de 20% sobre a receita bruta.

A pessoa física precisa recolher o Funrural, que deduz 2,3% do valor bruto da venda da produção rural. Em caso de venda para pessoas jurídicas, elas são obrigadas a recolher o valor, podendo descontar do produtor rural pessoa física.

Já para pessoa jurídica, além do Imposto de Renda, devem ser recolhidos Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Programa de Integração Social, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, Contribuição Patronal sobre a Venda dos Produtos e Imposto Territorial Rural.

3.1.2 MERCADOS FINANCEIROS NO AGRONEGÓCIO

Os produtores rurais, geralmente, precisam de crédito para investir em plantações, máquinas e equipamentos. Muitos deles recorrem apenas a bancos para conseguir dinheiro, sem saber que o mercado financeiro pode oferecer alternativas interessantes.

O crédito agrícola é uma modalidade de financiamento das atividades agropecuárias do país. Seu objetivo é auxiliar os produtores rurais, cooperativas e associações a desenvolverem e expandirem as operações relativas à agricultura e à pecuária. Oferece melhores condições de pagamento, por exemplo: taxa de juros menores e prazos para pagamentos mais acessíveis e condizentes com a realidade do trabalhador do campo.

O site SBA1 (2023), explica que são várias as opções no mercado financeiro para o agronegócio, sendo uma dessas os CRAs (Certificados dos Recebíveis do Agronegócio), que são títulos de crédito emitidos por securitizadoras e lastreados em recebíveis do agronegócio, como a produção e a venda de commodities agrícolas. Os CRAs podem ser comprados por investidores que recebem uma rentabilidade em troca, os recursos captados podem ser utilizados para que os produtores invistam em suas atividades.

Outras opções de investimento são os FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), que podem comprar recebíveis de empresas que vendem insumos agrícolas e os FIIs (Fundos de Investimento Imobiliário), que podem investir em propriedades rurais, como fazendas e armazéns.

As vantagens em gerais de adquirir o crédito agrícola é o auxílio no aumento da produção rural, possibilita melhores condições de comercialização dos produtos, auxilia o produtor rural na aquisição de bens e serviços duráveis, cobre despesas dos ciclos produtivos, tais como as relativas à aquisição de insumo e à colheita, contribui para geração de renda e melhoria da qualidade de vida do trabalhador do campo, e outras.

Cabe ressaltar que a concessão do financiamento leva em consideração a classificação do produtor rural, feita pela própria instituição financeira, com base nos dados cadastrais do solicitante, sobretudo na receita bruta anual. A classificação é feita da seguinte forma:

- Pequeno produtor: receita bruta anual inferior ou igual a R\$ 360 mil;
- Médio produtor: receita bruta anual entre R\$ 360 mil e R\$ 1,76 milhão;
- Grande produtor: receita bruta anual superior a R\$ 1,76 milhão.

Os tipos de créditos são:

- Crédito para custeio: os valores obtidos são destinados ao custeio das despesas relativas aos ciclos de produção, por exemplo, aquisição de sementes, adubos etc.;
- Crédito para investimento: o empréstimo objetiva custear a aquisição de serviços e bens duráveis, por exemplo, equipamentos e maquinário agrícola;
- Crédito para comercialização: o empréstimo é destinado ao escoamento e armazenamento dos produtos agrícolas, com vistas à garantia do abastecimento e, ao mesmo tempo, de melhores condições de comercialização da safra.

De acordo com o site da Receita Federal (2023), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi instituído pela Resolução nº 2.191/1995, destinado ao apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família. Mas, só em 1996 que o Decreto nº 1946, criou o Pronaf como programa de governo sob a supervisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

3.2 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS

A gestão de riscos é um conjunto de atividades com objetivo de controlar e organizar uma empresa em relação aos riscos que podem afetar os resultados da mesma.

Na visão de Crouhy, Galati e Mark (2008,pág 31):

“O risco, no sentido mais amplo, não é novidade nos negócios. Todas as empresas estão expostas aos tradicionais riscos de negócios: lucros sobem e descem em consequência de tais coisas, como alterações no ambiente de negócios, na natureza da concorrência, nas tecnologias de produção e nos fatores que afetam os fornecedores.”

Segundo o site TOTVS(2021) temos os riscos operacionais que são ocorrências de perdas resultantes de qualquer falha dentro da empresa, seja ela de estrutura, pessoas, sistemas, normas ou produtos que afetam a qualidade da operação como um todo.

De acordo com Marcos Alves Junior (2022), os riscos sistêmicos que afetam o sistema econômico como um todo, é um fator que impacta diretamente ou indiretamente os ativos de uma empresa, não sendo possível realizar algum meio de proteção. E já o risco não sistêmico afeta um setor ou uma empresa específica, podendo ser algo contornável à medidas que determinados eventos ocorrem no mercado financeiro, sendo possível proteger a carteira de ativos por meio de determinadas medidas.

Na empresa João Aparecido Porfirio e Outras é possível identificar que os riscos que envolvem o cultivo do café são, o risco climático e as pragas e doenças que podem surgir na plantação do café.

3.2.1 TIPOS DE RISCOS

De acordo com Angie Ospina (2020), relata que o Risco Climático no inverno que é uma estação caracterizada pelo frio e pela seca, o cafeeiro está dormente e o desenvolvimento vegetativo está paralisado, as geadas e chuvas excessivas ou temperaturas extremas, podem afetar a produção do café, além disso o clima frio e seco pode levar a ocorrência de pragas.

Estas pragas podem provocar uma desfolha intensa do cafeeiro e prejudicar o pegamento da florada que acontece na primavera, afetando a produção de café, causando perda de produtividade e podendo levar a safra menores e qualidade inferior do café.

Para esse risco ser minimizado o cafeicultor também deve proteger o solo, controlar a erosão, fazer uma adubação equilibrada, usar variedades com resistência a pragas, doenças e intempéries.

Riscos de preços: os preços do café no mercado são geralmente instáveis e podem flutuar ao longo do tempo, podendo afetar a receita dos produtores especialmente se os preços estiverem baixos durante a colheita.

Risco de Preço de Insumos: os produtores de café também enfrentam o risco relacionados aos preços dos insumos agrícolas, como fertilizantes e pesticidas. O aumento nos

preços desses insumos pode ocorrer de aumentar os custos da produção.

De acordo com o site Idr Paraná, o agricultor pode trocar os produtos por insumos como uma estratégia vantajosa para o produtor. Assim, ele consegue uma média mais alta de preço de venda e garante também os insumos necessários amarrados com o preço do produto.

Risco de Crédito e Financiamento: os produtores de café muitas vezes dependem de financiamentos para operar suas fazendas, mudanças nas taxas de juros e dificuldades de acesso ao crédito podem apresentar riscos financeiros.

De acordo com o site Idr Paraná, para esse risco ser minimizado pode ocorrer a utilização de crédito rural para investimento e custeio pelo PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar), com juros subsidiados ou outros financiamentos. O crédito, quando bem utilizado, pode auxiliar o agricultor a conduzir a lavoura utilizando a tecnologia disponível, reduzindo o custo de produção, além de o seguro da lavoura já estar atrelado ao financiamento.

Risco de Qualidade e Sabor: A qualidade do café é essencial para obter preços mais altos no mercado. Problemas com a colheita, processamento ou armazenamento podem afetar negativamente na qualidade e no sabor do café tendo assim a diminuição da demanda.

De acordo com o site Idr Paraná, para não correr esse risco podemos adotar o uso de gel no momento do plantio e o molhamento das mudas logo depois para render bons resultados

Risco de mão de obra: Ocorre também a redução da mão de obra, pois a idade média de um produtor de café está crescendo e a quantidade deles está diminuindo, isso pode resultar em atrasos na colheita e perdas de produtividade. Na maioria dos lugares, a colheita de café é sazonal e às vezes até um trabalho nômade.

Os trabalhadores são pagos com base no peso que coletaram e precisam trabalhar 8 horas por dia em terrenos íngremes para receber seus salários. Então, no final da colheita, eles têm que encontrar outros empregos ou mudar para outras regiões a fim de encontrar oportunidades melhores.

Para reduzir esse risco, o agricultor pode contratar alguns funcionários e quando não estiver na época da colheita ele pode auxiliar em outras atividades dentro da fazenda. Sendo assim, na época de colheita não precisará de muitos funcionários.

- Risco Sistemático: De acordo com o site, o risco sistemático é aquele que afeta a economia de uma forma geral. Podemos dar como exemplo um colapso no sistema financeiro ou de capitais, uma grande variação na taxa de juros ou mesmo nas taxas de

câmbio, que pode afetar o preço das despesas para cultivar o café. Este tipo de risco é extremamente difícil de ser reduzido, pois afeta a economia como um todo.

- Risco não sistemático: O site Top Invest(2021) nos diz que risco não sistemático (ou diversificável) é aquele que diz respeito às chances de perda de capital em seus investimentos que estão relacionadas a características específicas do setor ou da empresa em questão. Os riscos não sistêmicos podem ser reduzidos através da correta diversificação dos investimentos

3.2.2 MATRIZ DE RISCO

De acordo com o blog esferaenergia(2022), a matriz de risco é uma ferramenta utilizada para avaliar a probabilidade de um evento acontecer e quais seriam os impactos que afetam o ambiente de trabalho.

Uma matriz é um modelo de tabela organizada em linhas e colunas que formam pequenas células/quadrantes, analisada com base em dois eixos:

- Eixo vertical: probabilidade;
- Eixo horizontal: impacto.

A função das matrizes é relacionar dados, sejam eles numéricos ou não. Dentro da gestão de riscos, a matriz de riscos é utilizada para analisar a relação entre as ameaças identificadas dentro de um setor e como elas podem interferir no andamento do trabalho.

Então antes da ferramenta entrar em prática, é preciso identificar e listar os riscos primeiro, com total atenção para que nenhum detalhe passe despercebido.

Depois, com a matriz de risco pronta, será mais fácil visualizar como cada risco impacta o setor (se mais ou menos), quais decisões serão tomadas e quais medidas preventivas serão colocadas em prática.

A matriz de risco é considerada uma ferramenta de fácil aplicação e interpretação, o que ajuda no repasse de informações para as equipes. Dessa forma, os gestores conseguem engajar seu grupo nas tarefas para manter os riscos bem longe.

Na empresa que escolhemos, temos três projetos nos quais são:

- Projeto A: Aumentar a área do plantio seria um investimento vantajoso para se fazer na empresa, já que possui solos disponíveis e preparados para o plantio de café. Esse projeto irá trazer para a empresa uma maior produtividade e consequentemente maior comercialização.

A empresa terá que investir em mão de obra, maquinários e em produtos para cuidar do solo que será cultivado o café. E estará sujeita a riscos climáticos, como chuvas e

geadas, pragas, doenças, aumento do preço dos fertilizantes e a volatilidade do preço do café.

- Projeto B: Expandir a comercialização do café em cafeterias são pontos fundamentais para o sucesso da produção, é um nicho do mercado sempre crescente que apresenta oportunidades de crescimento para a empresa.

Nesse projeto, a empresa terá que investir em torrefação e moedores de café para assim poder entregar o produto pronto para ser consumido. Além disso, para a empresa vender esse café, ela precisaria criar sua própria marca para ter conhecimento dentro do comércio.

Os riscos que podem ocorrer é a volatilidade dos preços e o tipo de grão que vai ser vendido, volume que vai ser produzido, quantidade de produção e época da colheita. Esses fatores podem impactar na qualidade e preço da comercialização de café.

- Projeto C: O proprietário divide a sociedade do sítio com mais dois irmãos, o terceiro projeto seria ele comprar as duas partes já que ele é quem está mais por dentro do negócio.

Os riscos que podem ocorrer, são as despesas que o proprietário terá para realizar esse feito, pode ser sentida pelos colaboradores e clientes, pode ocasionar problemas como encerramentos de contratos fazendo com que isso impacte negativamente no fluxo de caixa da empresa.

Tabela 1: Matriz de Risco

	IMPACTO				
PROBABILIDADE	Irrelevante	Baixo	Médio	Grave	Extremo
Quase certo	Médio	Médio	Alto	Extremo	Extremo
Muito provável	Baixo	Médio	Alto	Alto	Extremo
Pouco provável	Baixo	Médio	Médio	Alto	Alto
Improvável	Baixo	Baixo	Médio	Médio	Alto
Raro	Baixo	Baixo	Baixo	Médio	Alto

Fonte: Autores.

Tabela 2: Matriz de Risco em Relação aos Projetos Apresentados

	IMPACTO				
PROBABILIDADE	Irrelevante	Baixo	Médio	Grave	Extremo
Quase certo					A
Muito provável				C	
Pouco provável					
Improvável	B				
Raro					

Fonte: Autores.

O projeto A a probabilidade é quase certo de acontecer devido a disponibilidade que o sítio possui em aumentar a área do plantio, podemos classificar o impacto desse projeto como extremo, pois está sujeito a riscos climáticos, doenças, pragas, que podem afetar as colheitas no qual levaria a empresa a um prejuízo alto em relação aos investimentos realizados.

O projeto B a probabilidade é improvável de acontecer, devido à resistência dos sócios em mudar a forma de comercialização, pois a empresa está acostumada a vender o café in natura e para expandir a comercialização teria que ter o consentimento de todos os sócios, nesse caso a necessidade de obter o consentimento de todos os sócios para expandir a comercialização é considerado um obstáculo significativo para o investimento. Como isso é considerado um impacto improvável, o risco seria irrelevante, pois é algo que não tem probabilidade de acontecer.

O projeto C tem uma alta probabilidade de acontecer, pois a chance do sócio principal comprar a parte dos outros dois irmãos. Neste cenário a probabilidade é considerada muito provável, além disso é importante que todos os detalhes sejam tratados de forma cuidadosa e transparente, já o impacto é considerado grave, isso ocorre devido ao aumento das despesas, que anteriormente eram divididas igualmente entre os irmãos. Com a compra um da parte dos outros dois irmãos pelo sócio principal, as dívidas e despesas passarão a ser responsabilidade desse sócio.

3.2.3 PARECER SOBRE INVESTIMENTOS E RISCOS

O investimento é o melhor caminho para os empreendedores aumentarem as suas chances de serem bem sucedidos em suas atividades econômicas, pois através dos

investimentos pode aumentar as oportunidades do próprio negócio e prosperar, ampliando a infraestrutura, comprando máquinas, equipamentos e investindo na tecnologia.

Inicialmente a empresa investiu R\$500.000,00 para começar o plantio do café, esse valor foi destinado a compra de máquinas, produtos para a preparação do solo, custos de plantação do café, processo de secagem, despesas fixas da empresa e salários de funcionários.

Para a empresa ter mais resultados positivos terá que realizar mais investimentos nos quais são necessários investir em mão de obra, maquinários, produtos para cuidar do solo que será cultivado o café, torrefação e moedores de café para assim poder entregar o produto pronto para ser consumido.

Diante disso, a empresa terá que ter ciência dos riscos que podem enfrentar durante todo o processo de produção do café, esses riscos englobam o clima, pois pode haver chuvas intensas, pragas, doenças, ondas de calor que podem prejudicar o solo e a qualidade do próprio café. É importante ressaltar que o café possui alta probabilidade de ocorrer volatilidade de preços, com isso ocorre o risco de diminuir a compra do café.

Com isso, a gestão de risco dentro de uma empresa é muito importante para gerenciar e controlar uma organização em relação a ameaças. A gestão de riscos busca estimular na empresa um comportamento dinâmico, para que ela proceda de forma rápida aos eventos, incertezas e mudanças de cenário com o objetivo de melhoria constante nos processos.

Figura 1: Projeto A - Aumento da Área do Plantio

PROJETO A				
Juros	12,75%			
Investimento		(70.000)	VPL	Fluxo e VPL
			(70.000)	TIR
				53,63%
Fluxos	1	35.000	R\$ 31.042,13	(38.957,87)
	2	65.000	R\$ 51.130,53	12.172,65
	3	100.000	R\$ 69.767,05	81.939,70
	4	80.000	R\$ 49.502,12	131.441,82
		280.000	R\$ 201.441,82	

Fonte: Autores.

O projeto A possui um VPL positivo e uma TIR superior ao custo de capital (12,75%) indicando que é um investimento atrativo. Além disso, o payback de 2 anos é aceitável, mostrando que o investimento será recuperado em um período razoável.

Figura 2: Projeto B - Expandir a Comercialização do Café em Cafeterias

PROJETO B				
Juros	12,75%			
Investimento		(50.000)	VPL	Fluxo e VPL
			(50.000)	TIR
				77,63%
Fluxos	1	20.000	R\$ 20.000,00	(30.000,00)
	2	55.000	R\$ 55.000,00	25.000,00
	3	35.000	R\$ 35.000,00	60.000,00
	4	150.000	R\$ 150.000,00	210.000,00
		260.000	R\$ 260.000,00	

Fonte: Autores.

O projeto B também apresenta indicadores financeiros muito sólidos, com um VPL positivo, TIR significativamente maior que a taxa de juros e um payback de 2,5 anos. Isso sugere que o projeto B é altamente lucrativo e pode ser uma ótima opção.

Figura 3: Projeto C - Compra de Todo o Terreno do Sítio

PROJETO C				
Juros	12,75%			
Investimento		(800.000)	VPL	Fluxo e VPL
			(800.000)	TIR
				-9,75%
Fluxos	1	105.000	R\$ 93.126,39	(706.873,61)
	2	195.000	R\$ 153.391,58	(553.482,04)
	3	300.000	R\$ 209.301,14	(344.180,89)
	4	240.000	R\$ 148.506,36	(195.674,54)
		840.000	R\$ 604.325,46	

Fonte: Autores.

O projeto C tem um VPL negativo, indicando que o valor presente dos fluxos de caixa futuros é menor que o investimento inicial. Além disso, o payback de 7,2 anos é bastante longo. Isso sugere que o projeto C não é uma boa escolha de investimento, um TIR negativo implica que o projeto não é rentável, mesmo com a taxa de juros de 12,75%, a menos que haja razões estratégicas que justifiquem o investimento.

Figura 4: Dashboard Análise dos Projetos com Base no VPL



Fonte: Autores.

Resumindo os dados em um Dashboard, fica claro que os projetos A e B são mais viáveis, enquanto o projeto C não é recomendado devido a sua TIR negativa, portanto não apresenta ser uma opção de investimento viável. O projeto B é claramente o mais atraente financeiramente, com um VPL positivo, TIR alta e um payback aceitável mais levando em conta um impacto irrelevante e uma probabilidade improvável. O projeto A também é viável, mas com um retorno um pouco menor em comparação ao projeto B levando em consideração um impacto extremo e uma probabilidade quase certa.

O Projeto B é o que melhor atende às expectativas financeiras do sítio, ele possui um VPL positivo, uma TIR muito alta (77,63%) e um payback de 2,5 anos, o que significa que é um investimento lucrativo que se paga rapidamente. Em comparação com os outros projetos, o projeto B oferece o melhor retorno sobre o investimento tornando-o a escolha mais sólida.

3.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E BUSINESS INTELLIGENCE

Nesta unidade de estudo, desenvolvemos e analisamos um dashboard. Segundo FMS (2022), Dashboard é uma ferramenta usada para gerenciamento e controle de informações através de indicadores gráficos e suas metas, organizam, armazenam e exibem dados importantes de várias fontes em um único local de acesso. Tem como objetivo facilitar a interpretação e monitoramento dos dados coletados e distribuídos em diversos indicadores para o processo de tomada de decisão, correção de falhas e direcionamentos de estratégias.

3.3.1 DASHBOARD

Para o desenvolvimento do dashboard, inicialmente, criamos um banco de dados com as informações referente aos três projetos criados em Gestão de Investimentos e Riscos. Em

seguida, criamos as tabelas dinâmicas, uma destinada ao VPL (Valor Presente Líquido) e outra com o Fluxo de Caixa. O passo seguinte envolveu a segmentação para a composição final do dashboard, incorporando gráficos dinâmicos. Assim, ao selecionar um botão de segmento específico, os gráficos ajustam-se instantaneamente conforme os resultados.

Essa escolha proporciona uma visão nítida e completa do desempenho financeiro de cada iniciativa. Dessa forma, o dashboard se torna uma ferramenta valiosa para priorizar, monitorar e avaliar o sucesso de cada projeto, fornecendo percepções cruciais para a tomada de decisões estratégicas.

3.3.2 ANALISANDO O DASHBOARD

Figura 5: Dashboard Análise dos Projetos com Base no VPL



Fonte: Autores.

Em resumo, o Projeto A é atrativo com VPL positivo, TIR superior ao custo de capital e um payback de 2 anos. O Projeto B é altamente lucrativo, destacando-se com VPL positivo, TIR significativamente maior que a taxa de juros e um payback de 2,5 anos. Em contraste, o Projeto C não é recomendado devido ao VPL negativo, TIR negativa e um payback longo de 7,2 anos. O Projeto B é considerado a escolha mais sólida, oferecendo o melhor retorno sobre o investimento com um VPL positivo, TIR alta (77,63%) e um payback de 2,5 anos.

3.4 CONTABILIDADE PÚBLICA

Segundo ARRUDA, Daniel G.; ARAÚJO, Inaldo da Paixão S., Contabilidade Pública: da teoria à prática, pág 13, 2020:

“A contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da Ciência Contábil voltado para o registro, o controle e a demonstração dos fatos mensuráveis em moeda que afetam o patrimônio da União, dos estados e dos municípios e suas respectivas autarquias e fundações, ou seja, as entidades de direito público interno [...]”.

Isto é, a Contabilidade Pública é um ramo da contabilidade e é restrita à administração dos quatro níveis de governo como: Federal, Estadual, Municipal e Distrito Federal. E tem como função subsidiar o gestor público no processo de decisões por meio de informações de todo o processo de planejamento, orçamento, controle e o processo de divulgação da gestão realizada.

3.4.1 CONCEITO DA CONTABILIDADE PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS LEIS ORÇAMENTÁRIAS - (CF, LEI 4.320/64 e LRF).

Segundo Arruda e Araújo (2020, p.15), a contabilidade aplicada ao setor público é uma especialidade contábil, que, com base em suas normas, têm como foco o registro, o controle e a avaliação do patrimônio público e suas variações, inclui aspectos hereditários, financeiros e orçamentários, constituindo uma valiosa ferramenta de trabalho que produz informações para o planejamento e controle estatal.

Conforme Arruda e Araújo (2020, p.13), a Associação Brasileira de Orçamento Público (Abop) apresenta a seguinte definição: “ramo da contabilidade que estuda, controla e demonstra a organização e execução dos orçamentos, atos e fatos administrativos da Fazenda Pública, o patrimônio público e suas variações”.

Todas as transações financeiras e imobiliárias relacionadas às atividades governamentais são registradas, incluindo receitas e despesas, ativos, passivos e capital. O papel da contabilidade pública é promover a transparência administrativa e disponibilizar informações financeiras ao público. Isto permitirá ao público, às autoridades de gestão e a outras partes interessadas monitorar a forma como os fundos públicos são utilizados. Isto está intimamente ligado ao orçamento público e garante que as despesas estão em conformidade com os requisitos pré-determinados pelo Parlamento.

As Leis Orçamentárias são instrumentos legais fundamentais para o funcionamento do sistema de planejamento, execução e controle das finanças públicas em um país.

Conforme CF/1988 Brasil, (1988), no seu "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”

Conforme a Lei de Orçamento 4320/64 Brasil, (1964), no Capítulo II - Da Receita “Art. 9: Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.” Ou seja, a receita corrente refere-se à receita gerada pelas operações normais do governo, como impostos, taxas, doações, etc.

No seu “Art. 11: A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.” O inciso 1º cita que: “§ 1º - São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.” E o inciso 2º menciona que: “§ 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.”

Segundo a Lei de Orçamento 4320/64 Brasil, (1964), no Capítulo III - Da Despesa “Art. 12: A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas: Despesas Correntes - Despesas de Custeio, Transferências Correntes e Despesas de Capital - Investimentos, Inversões Financeiras e Transferências de Capital.” Ou seja, as despesas correntes referem-se a despesas relacionadas à manutenção de atividades gerais, como pagamento de salários, compra de insumos, etc. As despesas de capital são investimentos em bens e serviços que proporcionam benefícios a longo prazo, como obras públicas.

Conforme a Lei 4320/64 Brasil, (1964), “Art. 13: Observadas as categorias econômicas do art. 12, a discriminação ou especificação da despesa por elementos, em cada unidade administrativa ou órgão de governo, obedecerá ao seguinte esquema: Despesas Correntes - Despesas de Custeio: Pessoa Civil, Pessoal Militar, Material de Consumo, Serviços de Terceiros e Encargos Diversos. Transferências Correntes: Subvenções Sociais, Subvenções Econômicas, Inativos, Pensionistas, Salário Família e Abono Familiar, Juros da Dívida Pública, Contribuições de Previdência Social, Diversas Transferências Correntes. Despesas de Capital - Investimentos: Obras Públicas, Serviços em Regime de Programação Especial, Equipamentos e Instalações, Material Permanente e Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais ou Agrícolas. Inversões Financeiras: Aquisição de Imóveis, Participação em Constituição ou Aumento de Capital de

Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras, Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento, Constituição de Fundos Rotativos, Concessão de Empréstimos e Diversas Inversões Financeiras. Transferências de Capital: Amortização da Dívida Pública, Auxílios para Obras Públicas, Auxílios para Equipamentos e Instalações, Auxílios para Inversões Financeiras e Outras Contribuições.”

Conforme Brasil (LCP 101/2000), Capítulo III - Da Receita Pública - Seção I - Da Previsão e da Arrecadação, nesta seção, a Lei de Responsabilidade Fiscal define os princípios e regras para a avaliação e arrecadação de receitas governamentais para órgãos federais. Isto inclui a obrigação de estimar as receitas de forma realista, garantir a transparência dos dados financeiros públicos, definir metas de cobrança e monitorizar a evolução das receitas durante o exercício contábilístico. Uma das condições básicas para a responsabilidade pela gestão financeira é a arrecadação institucional, preditiva e eficiente de todos os impostos no âmbito do estatuto da associação. A previsão de receitas obedecerá às normas técnicas e legais e terá em conta o impacto das alterações legislativas, a evolução dos indicadores de preços, o crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante, e será acompanhada de uma apresentação da evolução dos últimos três anos . A receita de crédito do plano de negócios não deve exceder as despesas de capital no relatório financeiro. A gestão executiva de cada entidade deve fornecer aos outros departamentos e procuradores pesquisas e projeções de receitas para o próximo ano, pelo menos trinta dias antes do prazo para apresentação de propostas orçamentais.

Capítulo IV - Da Despesa Pública - Seção I - Da Geração da Despesa, segundo o Art. 15 não será autorizada a geração de despesas ou assumir obrigações que não estejam em conformidade com os artigos 16º e 17º. O Art. 16 estabelece que a edição, prorrogação ou melhoria de medida governamental que implique aumento de despesa deve ser acompanhada de estimativa do impacto financeiro e orçamental do ano em curso e ser válida para os dois anos seguintes. Isto significa que qualquer medida que implique um aumento da despesa pública deve ser acompanhada de uma análise do seu impacto econômico nos próximos anos para garantir que o país consegue cobrir esses custos.

Subseção I - Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado, o Art. 17 estabelece que as despesas correntes derivadas de lei ou outro ato legítimo que fixe para a instituição a obrigação é considerada obrigatória de caráter continuado. As despesas recorrentes derivadas de leis, medidas temporárias ou procedimentos administrativos padronizados que imponham obrigações legais à entidade por mais de dois exercícios sociais são consideradas passivos continuados. O processo de fixação ou aumento das alíquotas mencionadas no título deverá

orientar-se pela discricionariedade prevista no art. 16º credenciamento da origem dos seus recursos de financiamento. Para dar cumprimento ao artigo 1º, a lei deve ser acompanhada de certificação de que as despesas incorridas ou aumentadas não afetam os objetivos de desempenho fiscal especificados no anexo a que se refere o primeiro artigo, e que a sua incidência econômica no período, deve ser compensada por um aumento permanente nas receitas ou por uma diminuição permanente das despesas.

3.4.2 MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA

As marcas que definem o desempenho da gestão pública são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Orçamento Anual (LOA). As leis de iniciativa do Poder Executivo possuem diferentes abordagens perante a Constituição Federal de 1998 e, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Abaixo, será elucidado o que é PPA, LOA e LDO e após, faremos um comparativo entre o texto da CF/88 e da LRF.

3.4.2.1 Plano Plurianual na CF/88 e na LRF

O Plano Plurianual, também chamado de PPA, é o plano orçamentário do poder Executivo, elaborado para o período de quatro anos. Nele consta o planejamento do governo para as quatro esferas: Federal, Estadual, Federal e Distrito Federal, cada esfera faz o seu próprio PPA de acordo com as demandas da União, dos Estados e dos Municípios. No PPA deve ser detalhado as estratégias, os objetivos e os programas focados dos governos eleitos e seus valores.

A CF/88 no Art. 165 define no seu § 1º: “A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.”

A Lei Complementar nº 101 de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) dá sequência ao disposto pela CF/88 no Art. 165, assim como definido pela própria CF/88 no Art. 165 § 9º: “Cabe à lei complementar: I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual; II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.”

Figura 6: Comparativo da CF x LRF para o Plano Plurianual

PPA	
Constituição Federal	Lei de Responsabilidade Fiscal
O PPA deve contemplar diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital, custeio e outras.	A LRF não detalha o conteúdo específico do PPA, deixando essa definição para a legislação infraconstitucional
A CF determina que a elaboração e aprovação do PPA são de responsabilidade do Poder Executivo, mas sua aprovação pelo Poder Legislativo é facultativa.	A LRF estabelece que o PPA deve ser revisado e aprovado pelo Poder Legislativo.
A CF não estabelece uma relação direta entre o PPA e a LDO	A LRF estabelece que o PPA deve ser compatível com a LDO.

Fonte: CF/88 Art. 165 e LRF 101/00.

3.4.2.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias na CF/88 e na LRF

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, tem como função orientar na elaboração dos orçamentos anuais, para que estes estejam de acordo com as metas e objetivos da administração pública estabelecidos pelo PPA. Além disso, há determinadas orientações e limites rígidos em lei que devem ser acatados.

A CF/88 no Art. 165 § 2º diz que: “A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.”

A LRF dá a continuação da Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecendo em seu Art 4º principalmente o equilíbrio entre receitas e despesas; critérios e forma de limitação de empenho; normas de controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; e demais condições e exigências para transferências de recursos a entidade públicas e privados.

Ainda, o § 1º continua: “Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias **Anexo de Metas Fiscais**, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e

constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes”. Mais a frente no § 3º: “A lei de diretrizes orçamentárias conterá **Anexo de Riscos Fiscais**, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.”

Dentre as documentações obrigatórias definidas pela LRF, há as Despesas Obrigatórias e Despesas Discricionárias.

3.4.2.2.1 Despesas Obrigatórias

São despesas obrigatórias aquelas previstas por lei, apresentadas pela LDO, geralmente no anexo V, com uma listagem de despesas que não podem ser contingenciadas por serem obrigações legais e constitucionais e a União tem a obrigação legal de realizá-las. As principais são: o pagamento das dívidas públicas, gastos com pessoal e encargos sociais, gastos com a previdência social para aposentadoria, licença maternidade, auxílio doenças entre outros auxílios.

De acordo com o Boletim Economia Empírica: “[...] o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas (RARD) de setembro de 2022, as despesas obrigatórias somam 91,63% do total, sendo que somente os benefícios previdenciários obrigatórios totalizam 43,44% desse montante.”

3.4.2.2.2 Despesas Discricionárias

Já as despesas discricionárias são aquelas que são facultativas, na qual o gestor tem certa liberdade para avaliar as oportunidades e direcionar os recursos. Porém, como abordado acima, as despesas obrigatórias tomam grandes proporções dos recursos, cabendo ao gestor estudar como distribuir os recursos restantes, como por exemplo, para melhoria da infraestrutura em escolas, hospitais, para determinados programas sociais, entre outros.

Figura 7: Comparativo da CF x LRF para a Lei de Diretrizes Orçamentárias

LDO	
Constituição Federal	Lei de Responsabilidade Fiscal
A CF exige que a LDO compreenda as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital.	A LRF acrescenta outros elementos que a LDO deve abranger como a política de aplicação das agências financeiras, a política de pessoal e encargos sociais, as despesas relativas à dívida pública etc.
A CF não estabelece um prazo definido para a elaboração e aprovação da LDO.	A LRF estabelece um prazo fixo para a apresentação da LDO pelo poder Executivo que deve ocorrer até 8 meses e meio antes do exercício financeiro.
A CF não estabelece uma relação direta entre a LDO e o PPA, tratando-os como instrumentos separados.	A LRF estabelece que a LDO deve ser compatível com o PPA, garantindo a harmonia entre o planejamento de médio prazo e a elaboração do orçamento anual

Fonte: CF/88 Art. 165 e LRF 101/00.

3.4.2.3 Lei de Orçamento Anual na CF/88 e na LRF

A Lei de Orçamento Anual, LOA, como o próprio nome diz, é o orçamento feito para um exercício financeiro, sendo considerado o ano civil (1 de janeiro até 31 de dezembro). O orçamento deve estar de acordo com as ações planejadas do PPA e com as orientações da LDO. Além de se ater a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que estabelece diretrizes para que as informações contidas no documento sejam transparentes, fidedignas, éticas e legais.

A LOA é dividida em três tipos de orçamentos, descritos pelo Art. 165, § 5º da Constituição Federal/88:

“I– O Orçamento Fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II– O Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – O Orçamento da Seguridade Social abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, à administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.”

Ainda, segundo a LRF na Seção III: Da Lei Orçamentária Anual no Art. 5º: “O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao: atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

§ 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

§ 3º A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

§ 4º É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 5º A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.

§ 6º Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.”

Além disso, no art. 7º: “O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.

§ 1º O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento.

§ 2º O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados trimestralmente, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias da União.

§ 3º Os balanços trimestrais do Banco Central do Brasil conterão notas explicativas sobre os custos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e da manutenção das reservas cambiais e a rentabilidade de sua carteira de títulos, destacando os de emissão da União.”

Figura 8: Comparativo da CF x LRF para a Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA	
Constituição Federal	Lei de Responsabilidade Fiscal
A CF estabelece a LOA como um instrumento anual, que deve conter todas as receitas e despesas do exercício seguinte	A LRF também estabelece o caráter anual da LOA, garantindo que ela seja elaborada para cada exercício financeiro.
A CF determina que a iniciativa da LOA cabe ao Poder Executivo, que a encaminha ao Poder Legislativo.	A LRF reforça essa iniciativa como uma responsabilidade do Poder Executivo, mas também estabelece que a proposta deve ser compatível com o PPA e a LDO.
A CF não define prazos específicos para a elaboração e aprovação da LOA, embora estabeleça que o Congresso Nacional deve aprovar a LOA antes do início do exercício financeiro.	A LRF estabelece prazos fixos para a apresentação do projeto da LOA e para a aprovação do orçamento, garantindo que a tramitação ocorra dentro de um cronograma específico.
A CF permite certa flexibilidade na execução orçamentária por meio de créditos suplementares e especiais, desde que haja autorização legislativa	A LRF reforça a importância de manter o equilíbrio orçamentário e estabelece critérios para a abertura de créditos adicionais restringindo a flexibilidade em algumas situações.
A CF menciona a relação entre LOA, PPA e LDO mas não detalha as obrigações de compatibilidade.	A LRF exige que a LOA seja compatível com o PPA e a LDO, garantindo que o orçamento anual esteja alinhado com os planos e diretrizes.

Fonte: CF/88 Art. 165 e LRF 101/00.

Figura 9: Funções do PPA, da LDO e da LOA

Fonte: Módulo Planejamento - Pós Graduação em Atenção Básica.

Para a elaboração do PPA, da LDO e da LOA há o chamado Ciclo Orçamentário que é o processo em que os documentos passam para elaboração, revisão, aprovação e divulgação. Além disso, há datas que devem ser observadas e obedecidas, esses prazos são estabelecidos pela Lcp 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Figura 10: Prazos do Ciclo Orçamentário

Prazos do Ciclo Orçamentário		
Instrumento	Encaminhamento ao Legislativo	Devolução para Sanção
PPA	Até 4 meses antes do encerramento do 1º exercício financeiro (31/08)	Até o encerramento da sessão legislativa 22/12
LDO	Até 8 meses e 1/2 antes do encerramento do exercício financeiro (15/04)	Até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa 17/07
LOA	Até 4 meses antes do encerramento de cada exercício financeiro (31/08)	Até o encerramento de cada sessão legislativa 22/12

Fonte: Cegesp.

3.4.3 REGISTROS CONTÁBEIS NA CONTABILIDADE PÚBLICA

Conforme Azkue (2023), orçamento é um plano detalhado no qual se calcula antecipadamente os custos exigidos por um projeto ou empresa para um determinado período. É uma ferramenta que permite medir o dinheiro e os recursos necessários para atingir um

determinado objetivo. Um orçamento serve para calcular o montante necessário a gastar ou investir em um determinado período. É utilizado para determinar se é necessário economizar, solicitar um empréstimo ou desenvolver o projeto em etapas. Auxilia no estabelecimento de um controle financeiro para prever eventuais dívidas, é utilizado também para controlar as finanças de uma grande empresa e evitar peculatos.

Segundo Core (2012), o orçamento empresarial visa a obtenção de lucros mediante as receitas sendo superiores às despesas, já o orçamento público visa a satisfação das necessidades coletivas por meio de receitas que conseguirão cobri-las. Ou seja, nas empresas privadas as receitas condicionam as despesas, e nas entidades estatais, são as despesas que determinam a ampliação das receitas.

De acordo com o MCASP - 9ª Edição (2022, p.26), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, é uma ferramenta utilizada para a consolidação das contas nacionais e instrumento para a adoção das normas contábeis internacionais, o PCASP possibilitou diversas inovações, como a segregação das informações orçamentárias e patrimoniais, as contas contábeis são a natureza da informação que fornecem e são classificadas como - orçamentária, patrimonial e de controle, de modo que não afetem a contabilidade do orçamento ou alterem registros de ativos e vice-versa. O registro dos fatos que afetam o patrimônio público de acordo com a base da ação: as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) registram as transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido e devem ser registradas nos períodos a que se referem, de acordo com o acontecimento que lhes deu origem, quer dependente ou independente da execução orçamentária. E o registro dos procedimentos contábeis em observância às normas internacionais, como as provisões, os créditos tributários e não tributários, os estoques, dentre outros. Também são incluídos os procedimentos de mensuração após o reconhecimento, como reavaliação, depreciação, amortização, entre outros.

Segundo Mota (2023), o conjunto completo das demonstrações contábeis pertencente ao setor público compreende: Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido. Conforme a NBC TG 26, as demonstrações contábeis do setor privado são: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas.

Em resumo, pode-se afirmar que os relatórios contábeis do setor público têm os mesmos objetivos que os do setor privado, por exemplo, reportar sobre a situação financeira e

os resultados das operações. No entanto, as diferenças na natureza e nos objetivos financeiros das unidades conduzem a algumas diferenças na forma como são reportadas e no tratamento de certas rubricas, como o orçamento nacional.

Exemplificando as informações apresentadas, por meio do TCE (Tribunal de Contas do Estado) é possível consultar todas as arrecadações dos períodos, além das despesas e suas especificidades. Nossa empresa João Aparecido Porfirio e Outra fica localizada no município de São Sebastião da Grama, então com os dados extraídos do Portal da Transparência, utilizamos os meses de Maio de Junho, somando todas as Receitas de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e ITR (Imposto Territorial Rural), fazendo um comparativo entre as despesas do programa do Agronegócio e Serviços Rurais de São Sebastião da Grama.

As Receitas de ICMS e ITR são classificadas como Receitas Correntes, e definidas pelo Código abaixo:

Figura 11: Códigos das Receitas

Código	Tipo de Receita
17215000	Cota-Parte do ICMS
17115200	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural

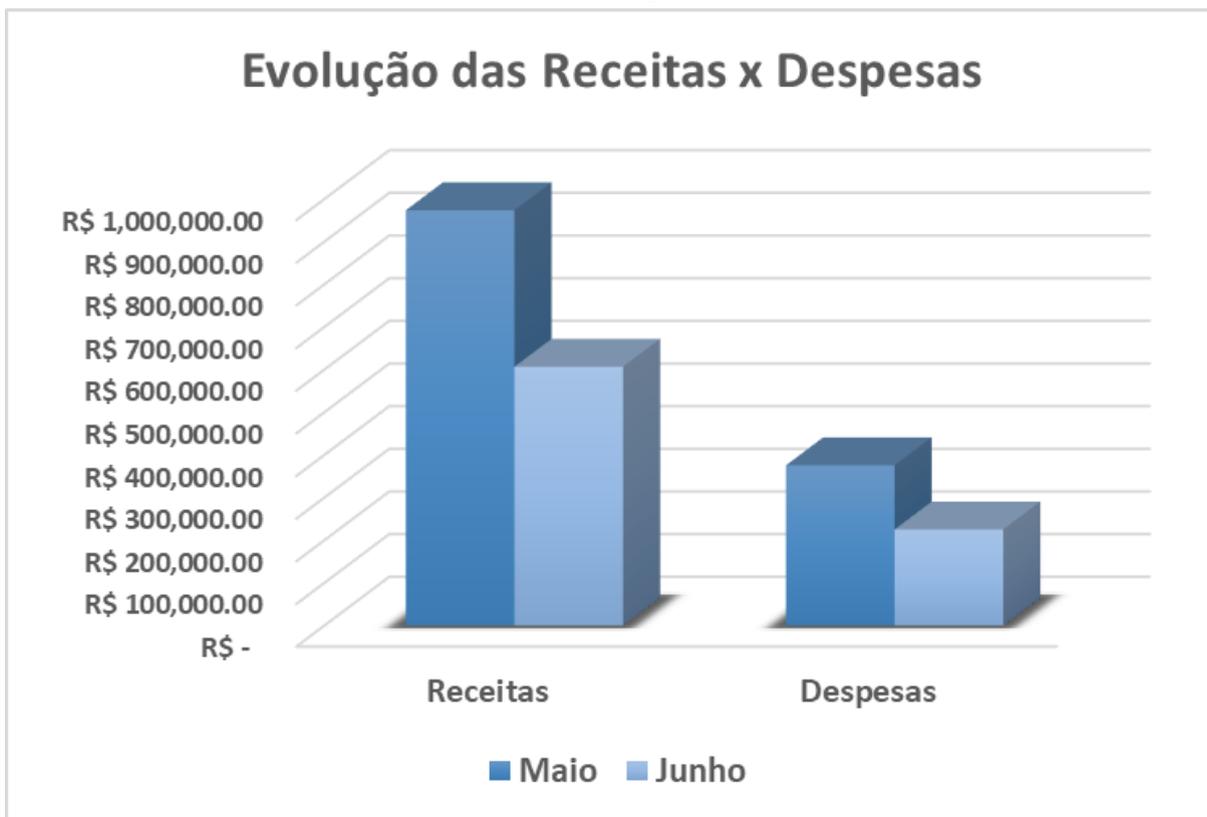
Fonte: TCE - Portal de Transparência do Município de São Sebastião da Grama.

E as Despesas são inerentes aos programas de Agronegócio e Serviços Rurais, para diversos assuntos como pagamento às empresas que ganharam licitações para prestação de serviços ou venda de equipamentos para o município, folha de pagamento dos funcionários públicos, gastos com mão de obra, materiais de uso e consumo entre outros. Pode-se dizer que são as mesmas despesas que as empresas do setor privado têm para se manter em pleno funcionamento.

Figura 12: Receitas de ICMS e ITR x Despesas do Agronegócio

Mês	Receitas	Despesas	Resultado
Maio	R\$ 973,645.73	R\$ 375,556.91	R\$ 598,088.82
Junho	R\$ 606,779.73	R\$ 225,225.05	R\$ 381,554.68

Fonte: TCE - Portal de Transparência do Município de São Sebastião da Grama.

Gráfico 1: Evolução das Receitas x Despesas para Maio e Junho de 2023

Fonte: Autores.

Vemos no gráfico acima que tanto as Receitas quanto as Despesas caíram significativamente do mês de Maio para Junho. No quesito das Receitas um dos motivos pode ser a queda de arrecadação em comparação com 2022. Segundo o Metrópolis, a arrecadação caiu 11,4% no acumulado do ano de Janeiro a Junho. O ICMS é o maior responsável pela queda, pois 72% da receita tributária do estado de São Paulo é devido ao ICMS. Ainda, o ITR possui grande evasão fiscal, conforme apresentado pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) em 2019 entre os 500 maiores devedores do fisco, 149 empresas atuavam na área do agronegócio e acumulavam uma dívida de R\$335 bilhões.

Já a queda das Despesas de maio para junho, está totalmente ligada à arrecadação das Receitas, uma vez que em junho a arrecadação foi menor. Um dos impactos também, pode ter sido a queda dos preços agropecuários que caiu cerca de 2,31% em junho de 2023, conforme dados apresentados pela APTA (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios).

3.5 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: LIDERANDO NA ATUALIDADE

Na apostila Liderando na Atualidade, disponibilizada pela disciplina da unidade de estudos Carreiras do conteúdo de formação para vida, compreendemos que para liderar com sucesso, é preciso cultivar confiança, empatia, ouvir ativamente e se comprometer com o desenvolvimento das pessoas que lideramos.

3.5.1 LIDERANDO NA ATUALIDADE

Com a finalidade de entender ainda mais sobre este assunto, realizamos uma síntese de alguns tópicos presentes na apostila sobre a liderança na atualidade, visando ampliar nossa compreensão do tema. Segue abaixo.

3.5.1.1 A arte de Influenciar Pessoas

Influenciar pessoas é uma habilidade complexa que requer o manejo de emoções e a adoção de princípios éticos, responsabilidade e respeito. Uma mudança de paradigma na liderança implica em adotar uma visão inclusiva, além de hierarquias formais, engajando grupos rumo a objetivos comuns. O aprendizado da liderança abrange habilidades cognitivas, analíticas e comportamentais, com ênfase na autorreflexão e no desenvolvimento pessoal.

Líderes notáveis, como Joana d'Arc, Martin Luther King, Pratibha Patil, Walt Disney e Mahatma Gandhi, exercem um profundo impacto nas pessoas ao seu redor, e a capacidade de liderança pode ser desenvolvida ao longo do tempo. O mundo em constante mudança, caracterizado por instabilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade (VUCA), demanda preparação para enfrentar desafios e identificar oportunidades de inovação.

Liderar envolve superar desafios, com líderes atuando como guias, conhecendo o caminho, tornando a jornada agradável e construindo novos caminhos quando necessário, inspirando, delegando e sendo um exemplo. A teoria do Pipeline de Liderança destaca a importância do desenvolvimento personalizado, passando por várias etapas, incluindo liderança pessoal, liderança de equipes, liderança de líderes e liderança de valores da empresa, promovendo autonomia e crescimento constante da equipe.

Em resumo, no dia a dia da contabilidade, a liderança se manifesta ao liderar equipes para cumprir prazos, promover colaboração e tomar decisões estratégicas. Além disso, os líderes contábeis exercem influência ao orientar clientes sobre questões complexas e buscar constantemente o desenvolvimento pessoal e profissional. Ao adotar princípios de

responsabilidade, ética e respeito, é possível cultivar habilidades de liderança e enfrentar os desafios do mundo VUCA com criatividade e inovação.

3.5.1.2 Líder de Mim Mesmo

Liderar a si mesmo é um processo de autodesenvolvimento que envolve assumir a responsabilidade por sua própria vida e carreira. Esse processo inclui buscar autoconhecimento, desenvolver habilidades, ser proativo na busca de oportunidades e criar um plano para alcançar seus objetivos.

Ao liderar a si mesmo, você se torna uma pessoa mais eficaz e influente, capaz de tomar decisões com confiança e enfrentar desafios com determinação. Isso se deve ao fato de que você está em controle de sua própria vida e é capaz de identificar o que precisa ser feito para alcançar o sucesso.

Além disso, significa ser um gerador de oportunidades. Isso envolve utilizar seus talentos de maneiras criativas para buscar novos desafios, projetos interessantes e criar conteúdo educacional nas mídias sociais para compartilhar conhecimento.

É um processo contínuo de autodesenvolvimento que leva à realização pessoal e profissional. É uma habilidade fundamental que permite que você alcance seus objetivos e inspire os outros a fazer o mesmo.

Na área contábil, liderar a si mesmo é essencial para o desenvolvimento profissional e sucesso na carreira. Envolve buscar atualização constante sobre as mudanças nas normas contábeis, aprimorar habilidades técnicas e adaptar-se às demandas do mercado. Além disso, ser proativo na busca de oportunidades de crescimento, assumir responsabilidades adicionais e buscar soluções inovadoras são aspectos importantes para se destacar e se tornar um líder na área contábil.

3.5.1.3 Líder de Outras Pessoas

Um líder, no contexto contemporâneo, é aquele que combina conhecimento técnico com comportamentos cruciais. Isso inclui ter bom-senso nas decisões, agir com ética e respeito como base, possuir inteligência emocional para lidar com as emoções e demonstrar inteligência nos relacionamentos para construir conexões saudáveis. Essas competências são essenciais para navegar com sucesso em um ambiente desafiador e incerto, caracterizado pelo acrônimo VUCA (Volátil, Incerto, Complexo e Ambíguo).

Ser um líder vai além de ocupar uma posição de autoridade. É sobre inspirar, motivar e direcionar as pessoas em direção a um objetivo comum, ter uma visão clara do futuro e é capaz de comunicá-la de forma convincente aos membros da equipe. Essa visão serve como um guia para tomar decisões estratégicas e estabelecer metas realistas.

Além disso, sabe como unir pessoas em torno dessa visão, criando um senso de propósito compartilhado e construindo relacionamentos sólidos. Isso requer paixão pelo papel de liderança, transmitindo entusiasmo e energia para a equipe. Um líder apaixonado também se compromete em desenvolver as habilidades e competências dos liderados, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para crescerem e alcançarem seu potencial máximo.

No entanto, a liderança não se resume apenas a discursos inspiradores. É necessário ter uma atenção intensa aos liderados, ouvir atentamente suas preocupações, dar feedback construtivo e reconhecer suas contribuições. Um líder que se preocupa genuinamente com o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas ao seu redor cria um ambiente de confiança e respeito mútuo.

Na contabilidade, a liderança pode ser aplicada ao liderar equipes, capacitando-os a tomar decisões informadas e valorizando sua competência e comprometimento. Isso inclui ter uma visão clara do futuro da empresa e comunicá-la de forma convincente aos membros, além de unir pessoas em torno dessa visão, criando um senso de propósito compartilhado. Por fim, um líder que se preocupa genuinamente com o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas ao seu redor cria um ambiente de confiança e respeito mútuo na organização contábil.

3.5.1.4 Conheça Seu Estilo

A liderança é um aspecto fundamental para o sucesso de uma equipe ou organização. Existem diferentes estilos de liderança, cada um com suas características e abordagens específicas.

A liderança situacional, desenvolvida por Paul Hersey e Ken Blanchard, envolve a adaptação do líder às necessidades específicas da equipe ou situação. O líder avalia o contexto e ajusta seu estilo de liderança de acordo com a maturidade e competência da equipe.

Na diretiva é caracterizada por um alto nível de supervisão e controle. É adequada para equipes com baixa competência, onde a orientação clara e a comunicação direta são necessárias para alcançar os objetivos, por exemplo, um líder contábil pode adotar um estilo diretivo ao trabalhar com uma equipe recém-contratada ou com pouca experiência,

fornecendo orientações claras e supervisionando de perto o trabalho para garantir a precisão e conformidade.

Por outro lado, ao liderar uma equipe de contadores experientes e competentes, um líder contábil pode adotar um estilo participativo, incentivando o compartilhamento de ideias, envolvimento na tomada de decisões e permitindo que os membros da equipe tenham autonomia para executar suas tarefas. A liderança participativa valoriza a contribuição ativa dos membros da equipe. O líder busca envolver os membros da equipe nas decisões, valorizando suas ideias e perspectivas. A comunicação aberta é essencial nesse estilo de liderança.

O estilo diretiva/participativa é um modelo híbrido que combina elementos da liderança. O líder oferece clareza e orientação quando necessário, mas também envolve a equipe na tomada de decisões e colaboração. Em situações em que há a necessidade de tomar decisões rápidas e estratégicas, um líder contábil pode adotar um estilo híbrido, combinando orientação clara com colaboração da equipe para alcançar os melhores resultados.

Por fim, a liderança liberal, envolve uma postura "mãos livres", onde o líder minimiza sua interferência direta e permite que os membros da equipe tenham alta autonomia. Esse estilo funciona melhor quando a equipe possui um alto nível de competência e independência.

É importante que os líderes reconheçam a maturidade da equipe e ajustem seu estilo de liderança para alcançar o melhor desempenho coletivo. Não há um estilo único que seja adequado para todas as situações, portanto, é necessário flexibilidade e adaptação para liderar de forma eficaz.

3.5.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

Através da síntese que foi elaborada a partir de tópicos que constam na apostila Liderando na Atualidade, elaboramos um banner como ferramenta de comunicação visual para transmitir informações precisas sobre estilos de liderança.

A liderança desempenha um papel importante em todos os aspectos da vida, sendo no local de trabalho, escola, na comunidade e até em nosso próprio lar. Os líderes são essenciais para inspirar, apoiar e orientar as pessoas para o caminho do sucesso. Compreender os diferentes estilos de liderança é essencial para se tornar um líder capacitado e promover a colaboração, autonomia e confiança nas pessoas ao seu redor.

O banner destaca os quatro principais tipos de liderança: Estilo Participativo, Estilo Diretivo, Estilo Liberal e Estilo Diretivo e Participativo. Cada estilo tem características distintas que afetam a dinâmica de um grupo ou organização. Compreender esses estilos ajuda

a identificar qual se alinha melhor com seu próprio perfil de liderança e aprimorar suas habilidades de liderança.

Em cima deste material, elaboramos um formulário de pesquisa para identificar quais eram as preferências das pessoas em relação à liderança, pois a importância de reconhecer e desenvolver seu estilo de liderança não impacta apenas em carreiras mas também na vida pessoal e a de todos ao redor. Divulgamos este formulário em nossas redes sociais e obtivemos cento e quatorze respostas. Segue o link do formulário: <<https://docs.google.com/forms/d/14OvxDyD0IA9yRMz6nPyuVnnKRYsQe1Q9NQvBxC5yeac/edit>>.

Nesta pesquisa identificamos que o estilo diretivo/participativo é o mais preferido entre os participantes, com 47,4% das respostas sendo eles homens e mulheres. Isso sugere que muitas pessoas valorizam um equilíbrio entre dar direções claras e promover a colaboração e autonomia da equipe. Isso pode indicar a importância da liderança que combina orientação com a participação com um todo.

A distribuição etária dos participantes é notável. A maioria está na faixa etária de 18 a 34 anos com 54,4% das respostas, o que pode indicar que as preferências de estilo de liderança podem variar entre gerações. Os resultados também mostram que a liderança é um tópico relevante para pessoas de diferentes idades, com uma presença considerável de participantes mais jovens.

Embora o estilo diretivo/participativo seja o mais popular, uma parte significativa dos participantes optou por estilos participativos (33,3%) e liberais (14,9%). Isso demonstra que as preferências de liderança podem ser variadas e dependentes do contexto e das situações.

É fundamental considerar que essas informações são baseadas em uma amostra específica e podem não refletir a totalidade da população. Para análises mais robustas e generalizadas, seria importante realizar pesquisas mais abrangentes com amostras mais representativas. No entanto, essa pesquisa forneceu uma visão clara sobre as preferências de liderança dentro do grupo de participantes.

Em resumo, os dados da pesquisa envolvem os profissionais contábil no que diz respeito à liderança e ao gerenciamento de equipes, bem como à representação de gênero na profissão contábil. Contadores podem aproveitar essas informações para adaptar suas abordagens de liderança e promover um ambiente inclusivo e diversificado em suas organizações contábeis.

Abaixo, disponibilizamos o banner criado pela equipe resumindo os pontos abordados na unidade de estudo da formação para a vida, tendo como tema Liderando na Atualidade.

A ARTE DA DESCOBERTA EXPLORANDO OS ESTILOS DE LIDERANÇA

Caellen Porfino
Julia Maria
Laurielli Cristina
Luana Gomes
Maíhara Felício
Marivie Moraes
Rafaela Roque



Vá além das ordens: inspire, colabore e capacite como líder. Descubra os estilos de liderança que melhor se alinham com sua visão e alcance o **✦ SUCESSO ✦**

Qual estilo de liderança você acha que se encaixa melhor com sua personalidade e situações?

1 **ESTILO PARTICIPATIVO**
Compartilhe decisões e responsabilidades, promova colaboração e autonomia



2 **ESTILO DIRETIVO**
Líder direto e orientador, fornece instruções claras e acompanha o progresso



3 **ESTILO LIBERAL**
Líder confia na autonomia das pessoas, permitindo decisões independentes



4 **ESTILO DIRETIVO E PARTICIPATIVO**
Líder equilibra direção e participação, atuando como mentor e promovendo colaboração



Defina metas concretas para aplicar esse conhecimento em sua vida pessoal e profissional. Lembre-se de que a autodescoberta é o primeiro passo para se tornar um líder mais eficaz.

4 CONCLUSÃO

Para concluir este projeto sobre Riscos e Oportunidades no Agronegócio, é fundamental ressaltar a importância contínua da gestão de riscos em todas as fases dos empreendimentos agropecuários. Conforme demonstrado nas análises dos projetos A, B e C, a probabilidade e o impacto dos riscos podem variar substancialmente, exigindo estratégias de mitigação específicas e planos de contingência bem definidos.

Neste sentido, é bom manter um sistema de monitoramento constante para identificar mudanças nas circunstâncias e nos fatores de risco, garantindo a adaptação apropriada das estratégias conforme necessário. A colaboração entre todas as partes interessadas, a transparência nas operações e uma comunicação eficaz desempenham um papel crucial na gestão de riscos.

Além disso, a análise de oportunidades deve ser integral à estratégia, uma vez que o agronegócio oferece diversas possibilidades de crescimento e diversificação. Ao equilibrar cuidadosamente a gestão de riscos com a exploração de oportunidades, as empresas do setor podem almejar um crescimento sustentável e a maximização de seus retornos.

Uma dica crucial para os produtores é manter um olhar constante sobre o mercado financeiro do agronegócio, incluindo aspectos relacionados a créditos e financiamentos. Acompanhar de perto as dinâmicas de crédito, taxas de juros, oportunidades de financiamento e programas governamentais é essencial para tomar decisões financeiramente inteligentes e assegurar o crescimento e a sustentabilidade das operações agropecuárias. Além disso, estar informado sobre as condições do mercado de crédito pode auxiliar os produtores a aproveitar as melhores opções de financiamento disponíveis e otimizar seus recursos financeiros. Portanto, a vigilância ativa no mercado financeiro do agronegócio é uma prática essencial para o sucesso e a prosperidade no setor.

Em resumo, a gestão de riscos e oportunidades é uma disciplina fundamental para o sucesso contínuo no agronegócio, e a avaliação e adaptação constantes são as chaves para se manter próspero em um ambiente frequentemente desafiador. A contabilidade pública desempenha um papel importante na alocação e no monitoramento dos recursos governamentais destinados ao agronegócio, influenciando diretamente as políticas, programas e práticas que moldam o setor, contribuindo assim para o seu desenvolvimento e sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Mayk. **O Papel dos Produtos Agrícolas do Cultivo à Comercialização**. Agro 2.0, 2019. Disponível em:
<<https://www.agro20.com.br/produtos-agricolas/#:~:text=Produtos%20agr%C3%ADcolas%20s%C3%A3o%20os%20produtos,cultivados%20e%20os%20fatores%20clim%C3%A1ticos>>
Acesso em: 13 de set. de 2023.
- ARRUDA, Daniel G. ARAÚJO, Inaldo da Paixão S. **Contabilidade pública: da teoria à prática**. Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9788571440913. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440913/>>. Acesso em: 29 set. 2023.
- AZKUE, Inés de. **Orçamento**. Enciclopédia Humanidades, 2023. Disponível em:
<<https://humanidades.com/br/orcamento/>>. Acesso em: 26 out. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Art. 37 - Redação dada pela Emenda Constitucional nº19, de 1998. Disponível em: Art. 37 da Constituição Federal de 88 | Jusbrasil. Acesso em: 17 out. 2023.
- BRASIL. Constituição (2006). **Constituição Federal**. Brasília, DF. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/Legisla_CMO/const_fed.html>. Acesso em: 17 out. de 2023.
- BRASIL. **Decreto Nº 9.580, de 22 de Novembro de 2018**. Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 197, n. 130, 2018. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9580.htm>. Acesso em: 01 de set. de 2023.
- BRASIL. Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 20 out. 2023.
- BRASIL. Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 25 out. 2023.
- Brazsoft. **Fazendo o inventário completo de uma propriedade rural? Anote dicas**. Brazsoft, 2002. Disponível em:
<<https://www.brazsoft.com.br/gestao-de-fazendas/fazendo-um-inventario-completo-de-uma-propriedade-rural-anote-as-dicas/#:~:text=O%20invent%C3%A1rio%20rural%20%C3%A9%20de,do%20fiscal%20quanto%20do%20administrador>>. Acesso em: 18 de set de 2023.
- CARVALHO, Luiz. **Imposto menor sobre grandes latifúndios de terra é injusto e precisa ser revisto**. CUT, 2023. Disponível em:

<<https://www.cut.org.br/noticias/imposto-menor-sobre-grandes-latifundios-de-terra-e-injusto-e-precisa-ser-revisto-e0ed>>. Acesso em: 04 out. de 2023

Cegesp. **Finanças Públicas e LRF**. Cegesp. Disponível em:

<<https://www.cegesp.com/copia-dir-publ-mod-4-aula-03>>. Acesso em: 27 de out. de 2023.

Conass. **O Processo de Planejamento e Orçamento no SUS**. Conass. Disponível em:

<<https://www.conass.org.br/guiainformacao/planejamento-e-orcamento-no-sus/>>. Acesso em: 27 de out. de 2023.

CORE, Fabiano Garcia. **D 4.9 - Sistema de Orçamento Federal**. Curso de Formação para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento - 17ª edição. ENAP. 30 mar. 2012.

Disponível em: Repositório Institucional da ENAP: Disciplina 4.9: sistema de orçamento federal. Acesso em: 27 out. 2023.

GOV.BR. **Acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. Gov.br, 2023. Disponível em:

<<https://www.gov.br/pt-br/servicos/acesar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>>. Acesso em: 23 de out. de 2023.

GUIMARÃES, Nara. **Preços Agropecuários caem 2,31% em junho de 2023, confirmando viés de baixa pela sexta semana consecutiva**. APTA. Disponível em:

<<http://www.apta.sp.gov.br/noticias/pre%C3%A7os-agropecu%C3%A1rios-caem-2,31-em-junho-de-2023,-confirmando-vi%C3%A9s-de-baixa-pela-sexta-semana-consecutiva>>. Acesso em: 20 de out. de 2023.

GUIO, Edvaldo. **Matriz de risco: o que é, quando usar e como montar uma tabela**.

Blog.esfera, 2022. Disponível em:

<<https://blog.esferaenergia.com.br/gestao-empresarial/matriz-de-risco#:~:text=A%20matriz%20de%20risco%20%C3%A9,afetaria%20o%20ambiente%20de%20trabalho>>. Acesso em: 13 de out. de 2023.

JUNIOR, Marcos Alves. **Riscos Sistêmicos: Como identificar antes de colapsar seu processo de gestão de riscos**. Brasileiro Interisk. Disponível em:

<<https://www.brasiliano.com.br/risco-sistemico-como-identificar-antes-de-colapsar-seu-proceso-de-gestao-de-riscos-newsletter>>. Acesso em: 10 de out. de 2023.

MONTEIRO, Roberto. **Ferramentas podem diminuir riscos de cafeiculturas**. IRD-Paraná, 2021. Disponível em:

<<https://www.idrparana.pr.gov.br/Noticia/Ferramentas-podem-diminuir-riscos-da-cafeicultura>>. Acesso em: 07 de nov. de 2023.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Os 06 Demonstrativos Contábeis Aplicados ao Setor Público (DCASP)**. MMP Cursos - Capacitação & Treinamento. 22 fev. 2023. Disponível em:

Os 06 Demonstrativos Contábeis Aplicados ao Setor Público (DCASP) (mmpcursos.com.br). Acesso em: 13 out. 2023.

OSPINA, Angie. **Quais os principais desafios enfrentados pelos produtores de café?**.

Perfect Daily Grind,2020. Disponível em:

<<https://perfectdailygrind.com/pt/2020/02/13/quais-os-principais-desafios-enfrentados-por-rodutores-de-cafe/>>. Acesso em: 10 de out. de 2023.

PENA, Rodolfo F. Alves. **O que é agronegócio?**. Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-agronegocio.htm>>. Acesso em: 04 de set. de 2023.

PEREIRA, Matheus. **O gerenciamento de riscos empresariais como forma de agregar valor às organizações**. Março de 2014. Disponível em <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1666/1/MRPereira.pdf>>. Acesso em: 05 de set. de 2023.

PRONUNCIAMENTO Técnico CPC 26 (R1). **Apresentação das demonstrações contábeis - IAS 1**. Brasília, 2 dez. 2011. Disponível em: PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis (crcpb.org.br). Acesso em: 22 set. 2023.

SANTOS, Murilo F.M dos. **Dashboard: O que é e como fazer?**. FM2S, 2019. Disponível em: <<https://www.fm2s.com.br/o-que-dashboard-e-como-montar-um-bom>>. Acesso em: 19 de set. de 2023.

SBA. **Como o Mercado Financeiro Pode Apoiar o Agronegócio?**. SBA, 2023. Disponível em: <<https://sba1.com/noticias/noticia/25950/Como-o-mercado-financeiro-pode-apoiar-o-agronegocio-#:~:text=A1%C3%A9m%20dos%20CRAs%2C%20outras%20alternativas,cheques%20e%20contratos%20de%20aluguel.>>>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

STUMPF, Kleber. **Risco sistemático ou não-diversificável e risco não-sistemático diversificável: entenda as diferenças**. Topinvest, 2022. Disponível em: <<https://www.topinvest.com.br/risco-sistematico-e-nao-sistematico/>>. Acesso em: 06 de nov. de 2023.

Terra Magna. **Contabilidade do agronegócio: especificidades e benefícios**. Terra Magna, 2022. Disponível em: <<https://terramagna.com.br/blog/contabilidade-do-agronegocio/#:~:text=Uma%20das%20principais%20peculiaridades%20do>>. Acesso em: 01 set. 2023.

Tesouro Nacional Transparente. **Despesas Obrigatórias e Discricionárias da União**. Disponível em: <<https://tchiluanda.github.io/cronicas-fiscais/oblig-discr/#narrativa>>. Acesso em: 27 de out. de 2023.

TESOURO Nacional Transparente. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. 9ª edição. 08 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>>. Acesso em: 21 out. 2023.

TOTVS. **Contabilidade rural: o que é, importância, objetivos e benefícios**. TOTVS, 2021. Disponível em: <<https://www.totvs.com/blog/gestao-agricola/contabilidade-rural/#:~:text=A%20contabilidade%20rural%20%C3%A9%20importante>>. Acesso em: 01 set. 2023.